



UM ANO DE REAL

Inflação medida pelo INPC atinge 33,39%

Neste ano de Real, a taxa mais elevada ocorreu em julho do ano passado (7,75%) e a mais baixa em fevereiro deste ano (1,01%). Com os 2,18% de junho, a inflação medida pelo INPC, que reflete a cesta de consumo de famílias com rendimento de um a oito salários mínimos, permanece no mesmo patamar de maio. Belém, com 38,16%, ficou bem acima da média nacional. Pressão da alta dos preços dos alimentos e de despesas pessoais. O menor resultado foi para Porto Alegre (28,67%), onde os preços dos alimentos subiram menos.

IPCA fecha com 33,03%

Pelo IPCA, a vida do Real começou com índice de 6,84% e completou um ano com os 2,26% de junho. O IPCA leva em conta famílias com rendimento de um a quarenta salários. O que mais pesou nesses orçamentos foi a alta de 59,19% em Habitação, além dos 43,89% em Despesas Pessoais. (Página 3)

Mudanças nas estatísticas econômicas

..... página 2

Emprego e salário na indústria

..... página 3

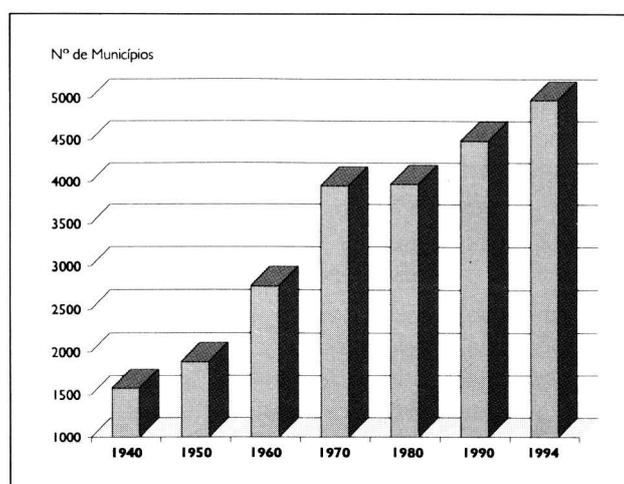
Os indicadores conjunturais mais recentes

..... página 4

Em quatro anos, Brasil passa a ter mais 483 municípios e 499 distritos

No ano passado, o Brasil tinha 4 974 municípios criados e instalados. Em 1990, eram 4 491. Este aumento no número de municípios em apenas quatro anos supera os 315 criados entre 1940 e 1950 e os 22 que surgiram entre 1970 e 1980, aproximando-se dos 517 dos dez anos seguintes. E, a continuar neste ritmo, pode até mesmo ultrapassar a maior concentração de novos municípios, que aconteceu de 1950 a 1970: mais 2 063.

Esta constatação está no *Anuário Estatístico do Brasil*, que o IBGE acaba



de lançar em publicação e em meio magnético, que dá conta, ainda, de 9 211 distritos criados e instalados: mais 499 em quatro anos. (Página 3)

Pedidos de análise para criação de municípios chegam a quase mil, em apenas um ano

A Constituição brasileira dá competência aos estados para legislar sobre a criação de municípios no âmbito de seus territórios. Cada Unidade da Federação estabelece critérios próprios para a criação de novas unidades político-administrativas. A grande maioria indica o IBGE em suas constituições como o órgão competente para levantar informações populacionais, a partir dos dados demográficos do último Censo, e da área a ser abrangida, que inclui o centro urbano. Isto implica avaliação cartográfica dos limites propostos e pesquisa, em termos nacionais, da existência de topônimos idênticos ao pretendido para denominar o novo município.

Somente este ano, já foram analisados 300 processos. Com as informações solicitadas, voltam para as Assembleias Legislativas, que decidem pela realização de um plebiscito para referendar, ou não, a criação do município.

Para se ter uma idéia, além dos 231 criados e não instalados, existem tramitando nas Assembleias Legislativas mais de 600 pedidos de criação de novas unidades. Com raras exceções, previstas em lei, o município criado e não instalado aguarda as próximas eleições municipais, com a posse do seu primeiro prefeito, para surgir, efetivamente, como mais uma cidade brasileira.

Estatísticas econômicas serão reformuladas

O IBGE começa este ano uma profunda reformulação de suas estatísticas econômicas. Até aqui, elas se baseavam em censos periódicos, de grande porte. O último Censo Industrial, Comercial e dos Serviços foi feito em 1985: cerca de 1,7 milhão de questionários, com 1,8 mil quesitos, e 30 mil entrevistadores cobrindo 1,1 milhão de empresas. Esta operação levou cinco anos, fazendo com que os dados já saíssem desatualizados.

A nova estratégia segue o exemplo da maioria dos países industrializados. Substitui o censo tradicional por pesquisas por amostra feitas periodicamente. Estas pesquisas se baseiam em cadastro de empresas, sempre atualizado, e que segue moderna classificação de atividades, compatível internacionalmente.

Os primeiros passos foram a criação da Comissão Nacional de Classificação das Atividades Econômicas e, ainda este ano, a realização do Censo Cadastral (*Carta n° 1*). Este censo coletará informações em todas as empresas de médio e grande porte – e, por amostra, nas menores –, a partir dos cadastros administrativos disponíveis.

O próximo passo é a reformulação dos conteúdos e bases da amostra das pesquisas anuais da indústria, do comércio e de serviços, além das conjunturais destes setores.

Uma Comissão Externa de Acompanhamento das Pesquisas Econômicas, formada pelo IBGE, contribuirá para que estas transformações correspondam às necessidades e demandas dos usuários. Dela fazem parte: Armando Castelar Pinheiro (BNDES), Claudio Considera (IPEA), Clélio Campolina Diniz (UFMG - Cedeplar), Eduardo Augusto Guimarães (UFRJ - IEI), Flávio Tavares de Lyra (Ministério da Indústria e Comércio), José Guilherme de Almeida Reis (CNI) e Luis Henrique Proença Soares (Seade).

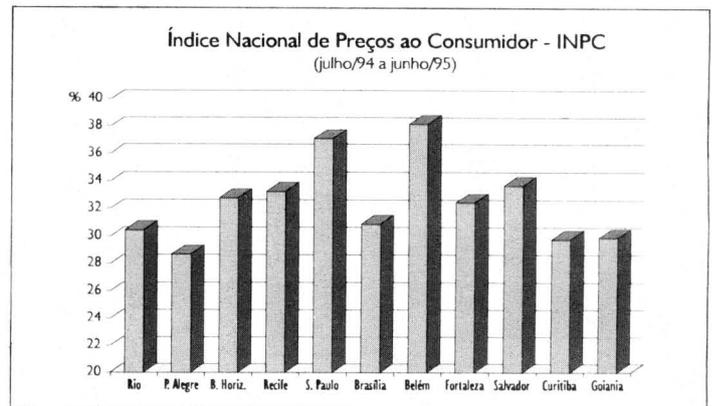
Curitiba tem o menor IPCA do Real: 26,44%

O maior foi para Belém (40,03%). São Paulo (34,30%), Belo Horizonte (33,77%) e Salvador (33,23%) também superaram a média. Abaixo ficaram: Recife (32,94%), Rio de Janeiro (32,27%), Fortaleza (31,36%), Goiânia (30,77%), Distrito Federal (29,89%) e Porto Alegre (29,01%).

Com 19,82%, Transporte e Comunicação deteve o menor resultado. Vestuário fechou

com 29,88%, Saúde e Cuidados Pessoais com 30,17% e Artigos de Residência com 39,95%. Apesar do aumento de 107,57% em hortaliças e verduras e a forte subida dos preços de tubérculos, raízes e legumes, frutas, pescado e alimentação fora do domicílio, Alimentação e Bebidas não passou dos 25,42%. Isto porque houve desaceleração nos preços da maioria dos seus itens.

Inflação vai aos 38,16% em Belém e Porto Alegre fica com 28,67%



De julho do ano passado até junho deste ano, pelo INPC, o índice de Belém ficou bem acima da média nacional. Influência da aceleração dos preços dos alimentos: 34,17%. Bastante superior aos 25,42% acumulados em todas as regiões pesquisadas. O mesmo aconteceu com Despesas Pessoais (57,13% contra 45,22%), Artigos de Residência (44,19% contra 35,21%), Vestuário (39,15% contra 30,56%) e Transporte e Comunicação (34,17% contra 26,15%). Em Belém, com resultados inferiores, apenas Habitação (53,08% contra 64,72%) e Saúde e Cuidados Pessoais (18,56% contra 23,38%).

Ao contrário, em Porto Alegre a inflação foi 4,72 pontos percentuais menor do que o INPC do Real. Isto se deve, basicamente, aos preços dos alimentos, que subiram menos 7,6 pontos percentuais do que a média nacional. Os de Habitação se situaram 11,24 pontos percentuais abaixo. Outros quatro grupos obtiveram resultados menores: Artigos de Residência (29,81%), Vestuário (29,74%), Saúde e Cuidados Pessoais (21,08%) e Despesas Pessoais (39,45%). Somente Transporte e Comunicação superou a média do grupo, fechando com 33,21%.

A maior queda de preços ocorreu em combustíveis

Em uma análise dos itens que compõem os grupos do INPC, houve queda de 2,73% em combustíveis, de 1,37% em energia elétrica e de 0,37% em comunicações. Entre os 10 itens de menores variações, cinco são do grupo Alimentação e Bebidas: cereais, leguminosas e oleaginosas (-1,13%), açúcares e derivados (4,30%), aves e ovos (6,06%), óleos e gorduras (7,48%) e carnes frescas (7,97%).

INPC e IPCA nas regiões pesquisadas (%)

	Junho	RJ	POA	BH	REC	SP	DF	BEL	FOR	SAL	CUR	GOI
INPC	3,19	2,78	1,23	1,28	2,17	2,39	1,37	1,99	3,63	1,23	1,72	
IPCA	3,08	2,68	1,51	1,59	2,29	2,24	1,37	2,14	3,04	1,48	2,09	

Nota: A coleta dos índices de preços de junho foi feita de 30/5 a 29/6.

Carta IBGE é uma publicação quinzenal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzida pela Coordenação de Comunicação Social Av. Franklin Roosevelt, 166 – 9º andar – Rio de Janeiro/RJ Tel. (021) 220-0411 / Fax (021) 262-5429

Coordenadora do projeto e editora
Shirley Soares (Reg. Prof. N° 12.466 MT-RJ)

Assistentes – Adilson Ribeiro, Andrea Rodrigues e Marco Santos

Programação visual e diagramação – Aldo Victório e Mauro E. Araújo

Impressão e circulação – Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Tiragem: 3 000 exemplares

Carta IBGE é um projeto integrado do qual participam, ainda, a Diretoria de Pesquisas (Maria Leticia Warner), a Diretoria de Geociências (Joil Rafael Portella) e a Diretoria de Informática (Paulo Weissenberg).

Nesta edição foram utilizados dados disponíveis até 11/07/95.

Permitida a transcrição total ou parcial de matéria publicada na Carta IBGE, desde que citada a fonte.

Emprego e salário na indústria refletem desacquecimento do setor

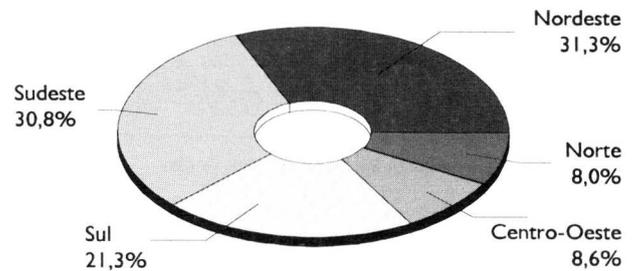
O emprego industrial se expandiu 0,5% na virada do ano, repetindo a taxa entre janeiro e fevereiro e caindo para 0,2% em março. Em abril, com 0,1%, apontou estabilização compatível com os sinais de desaceleração nos níveis de produção industrial, detectados desde o início do ano. Somente Rio de Janeiro e Minas Gerais ultrapassaram a média nacional. Mas, no acumulado janeiro-abril, os 2,6% da média foram superados apenas pelo Nordeste e por São Paulo.

O salário médio real subiu 0,3% de dezembro para ja-

neiro, 0,2% em fevereiro, pulou para 2,5% em março, mas ficou somente em 0,4%, no mês seguinte. Novamente, Nordeste e São Paulo aparecem entre os que obtiveram os melhores resultados. Segundo a *Pesquisa Industrial Mensal / Emprego, Salário e Valor da Produção*, o período janeiro-abril acumulou 7,6%. Todos os gêneros industriais, em todos os locais pesquisados, apresentaram aumento real de salário, variando de 1,3% no Nordeste a 12,0% no Sul, e de 0,4% em metalúrgica a 18,4% em editorial e gráfica.

Cerca de 20% dos novos municípios foram criados no Rio Grande do Sul

Participação das Grandes Regiões no total de municípios.

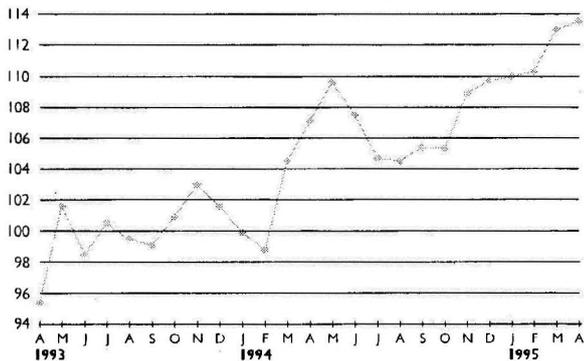


De 1990 até 31 de agosto de 1994, aos 873 municípios do Sul se somaram outros 185. Pouco mais da metade deles no Rio Grande do Sul (de 333 para 427), onde surgiu o maior número de municípios no período. Quase o dobro do registrado para as regiões Nordeste e Centro-Oeste e bem próximo do acréscimo verificado no Sudeste e no Norte.

No total nacional, o Nordeste (1558) participa com 31,3% dos municípios, o Sudeste (1533) com 30,8%, o Sul (1058) com 21,3%, o Centro-Oeste (427), com 8,6% e o Norte (398) com 8%.

Nestes quatro anos, nenhum município foi criado e instalado em seis estados: Amazonas, Roraima, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia.

Indicador do Salário Contratual Médio Real (BRASIL)
(média de 1985=100)



Em Pauini, apenas 15,5% das pessoas a partir de 10 anos sabem ler e escrever

Este município amazonense de 17 037 habitantes, segundo o Censo de 1991, tem a maior taxa de analfabetismo dos municípios brasileiros. A menor é de Pomerode, em Santa Catarina, com 18 771 habitantes e 1,6% de analfabetos nesta faixa etária.

Entre as cidades que apresentam as piores condições neste indicador social, encontram-se: Coronel João Sá (78,5%), na Bahia, Branquinha (75,1%), em Alagoas, Simões (72,3%), no Piauí, e Itaíba (70%), em Pernambuco. As melhores situações foram encontradas no Sul e no Sudeste: Bom Princípio (2,1%), no Rio Grande do Sul, Águas de São Pedro (4,3%), em São Paulo, Curitiba (5%), no Paraná, e Niterói (5,3%), no Estado do Rio de Janeiro.

Para ter uma visão abrangente da realidade nacional

O *Anuário Estatístico do Brasil/1994*, inclui resultados do

Censo Demográfico. Traz uma síntese das pesquisas, estudos e levantamentos realizados pelo IBGE e demais órgãos que compõem o Sistema Estatístico Nacional. Trata-se

Em cada dez habitantes, dois moram em São Paulo e um em Minas

São Paulo continua com o maior número de habitantes: 33 699 600. Ou seja, 21,6% do total da população brasileira (155 822 400), em 1995, segundo projeções do IBGE. A sua capital é a cidade mais populosa e é neste estado que se encontra o menor município: Borá. Em Minas Gerais estão 10,6% da população (16 505 300) e o maior número de municípios: 15% do total. O terceiro estado

mais populoso é o Rio de Janeiro (13 296 400), onde se encontram 8,5% dos habitantes. A Bahia (12 646 000) vem logo a seguir, com participação de 8,0%.

Estas e inúmeras outras informações, como a de que apenas 58,4% das crianças são registradas no ano em que nascem, também se encontram no *Anuário Estatístico do Brasil*. Um retrato de corpo inteiro do País.

de um conjunto de informações demográficas, sócio-econômicas e de geociências. A nossa realidade física, humana, social, econômica e territorial se encontra no *Anuário Estatístico*

do Brasil/1994 e pode estar na tela do seu micro. À disposição em publicação e em disquetes no formato planilha de cálculo. Nas bibliotecas e livrarias do IBGE em todo o País.

